

GTEL GRUPO TÉCNICO DE ELETROMECÂNICA S/A.

CNPJ/ME 47.144.548/0001-79



Grupo Técnico de Eletromecânica S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais-R\$)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de lucros

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A GTEL - Grupo Técnico de Eletromecânica S/A, Sociedade anônima por ações de capital fechado, se insere no segmento de construção civil, atuando na execução de obras e serviços de engenharia civil e elétrica, hidráulica e mecânica, montagem, projetos, planejamento, assessoria, consultoria, terraplanagem, estudos técnicos, administração e serviços técnicos profissionais e auxiliares de engenharia e arquitetura.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. A Sociedade, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação (i) relevância e especificidade da informação das operações da Sociedade aos usuários; e (ii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Sociedade. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão à Administração em 19 de abril de 2024. b) Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, a sua mensuração está em conformidade com as disposições do CPC 26 (R1). c) Comparabilidade: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas com as informações comparativas com o exercício de 31 de dezembro de 2022, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação da Demonstração Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Sociedade. e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registros nas Demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e, em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perda de recuperabilidade sobre créditos: • Taxa de redução ao valor recuperável de ativos; e • Provisões para ações judiciais. f) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Provisão para redução ao valor recuperável (Nota Item 3.); • A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e direito de uso; • A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível; • Incertezas relativas às premissas de provisões para processos judiciais; • Imposto de renda diferido (Nota Item 3.). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidas por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas e premissas anualmente. g) Segregação entre circulante e não circulante: A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade. • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade. • Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações financeiras foram as seguintes: a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, 12 meses ou menos, a contar da data de contratação. b) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelos serviços prestados de engenharia e vendas de equipamentos no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor real menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessário. c) Estoques: Os estoques de equipamentos são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o de média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Mercadorias em trânsito e adiantamentos a fornecedores estão apresentados pelo custo incorrido em cada processo de importação e adiantamento realizado. d) Instrumentos Financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. O CPC 48 estabelece requisitos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração. O CPC 48 mantém em grande parte os requisitos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como alteração, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros, como: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e redução ao valor recuperável de ativos financeiros e aplica novos critérios para o reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Os efeitos da transição e aplicação da norma a Sociedade realizou a avaliação dos modelos com base nos critérios requeridos dos seguintes títulos: • A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (Solução "Payment of Principal and Interest Test" - SPP Interest) para a classificação de ativos financeiros. • A determinação do modelo de negócio, que representa a forma com que a Sociedade faz a gestão de seus ativos financeiros; • As determinações das variáveis relacionadas às estimativas de perda dos valores recuperáveis. A Sociedade realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos e passivos financeiros, sendo as principais alterações decorrentes da adoção do IFRS 9. Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Valor Justo por meio do Resultado. A Sociedade reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado. Após o reconhecimento inicial a Sociedade avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros. A Sociedade avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, consequentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo. e) Redução ao valor

recuperável de ativos financeiros: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. Para o recebimento dos serviços a Sociedade optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo Simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdasapurado historicamente para o grupo de clientes. f) Perdas de recuperabilidade sobre créditos: São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras. h) Imobilizado: Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação, são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment): A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. j) Tributos Diretos: Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes: Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando os alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. A Sociedade adota duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (le na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. k) Contas a pagar a fornecedores e terceiros: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante l) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes: A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados e se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. m) Arrendamentos: O CPC 06 (R2) e as correspondentes interpretações estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo: • arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório) e; • arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento com um ajuste ao ativo de direito de uso. De acordo com a norma, os pagamentos de arrendamentos são classificados como perda provável são integralmente provisionados. As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. O CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período e tempo em troca de contraprestação. Para tal, a Administração da Sociedade, com o auxílio de especialistas, efetua a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Adicionalmente, os seguintes exemplos práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: • Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiiras de ativos arrendados. • Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso. • Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão. • O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associados. n) Reconhecimento das receitas operacionais: As receitas da prestação de serviços de engenharia reconhecidas pelas vendas recebidas ou a receber dessas vendas realizadas pela Sociedade no curso normal de suas operações. As receitas estão apresentadas líquidas dos impostos,

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Exercícios Ffindos em 31/12/2023 31/12/2022

Nota - Inexistiram transações a serem registradas diretamente nas demonstrações do resultado abrangente. Sendo assim as mesmas não estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

devoluções e descontos. Os impostos sobre as vendas são registrados quando os serviços são faturados contra os clientes e partes relacionadas. Os descontos são registrados quando conhecidos ou acordados com os clientes. o) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados: Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. p) Outros ativos financeiros: Outros ativos financeiros consistem em títulos de capitalização do Bradesco com vigência mínima de 18 meses firmado como instrumento de garantia da cessão fiduciária do cliente Grune; e títulos de capitalização em garantia referentes locações de imóveis firmados com as imobiliárias no decorrer das contratações de locação em forma de compra. Os saldos finais são contabilizados de acordo com o contrato firmado com as instituições financeiras e na data de vencimento são reconhecidos os valores do principal mais correção contra receitas financeiras. q) Normas e interpretações novas e revisadas: A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis no Brasil e IFRS, o que se aplica a Sociedade.

Data efetiva Novas normas ou alterações

1º de novembro de 2023

Data efetiva Novas normas ou alterações

1º de janeiro de 2024

A Administração analisou e não identificou impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. 4. Gerenciamento de riscos: Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desse riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração. Risco de crédito: Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes dos créditos vencidos. Por meio de controles internos adequados, a Sociedade monitora permanentemente o nível de suas contas a receber. Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Sociedade. A Sociedade procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a superir eventuais descasamentos. Para isso a Sociedade elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. O portfólio financeiro da Sociedade está exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB). Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, o CDI, pode afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras. Para efeito de análise de sensibilidade a Sociedade adota taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente. Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2023. O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. O portfólio financeiro da Sociedade está exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB). Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, o CDI, pode afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras. Para efeito de análise de sensibilidade a Sociedade adota taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente. Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos conta movimento

6. Contas a receber de clientes

Saldo Inicial

Saldo Final

7. Estoques líquidos

8. Impostos a recuperar

Ativo circulante

Ativo não circulante

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

10. Imobilizado líquido

10.1. Composição dos saldos

10.2. Movimentação dos saldos em 2023 e 2022

11. Direitos de uso e arrendamento mercantil: A Sociedade possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor. A Sociedade segue as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Sociedade.

11.1. Direito de uso

11.2. Arrendamento mercantil

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro 2023

Saldo em 31 de dezembro 2021

Saldo em 31 de dezembro 2022

Saldo em 31 de dezembro 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Saldo em 31 de dezembro de 2012

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Saldo em 31 de dezembro de 2010

Saldo em 31 de dezembro de 2009

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos: Administradores da

GTEL - Grupo Técnico de Eletromecânica S/A - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **GTEL - Grupo Técnico de Eletromecânica S/A ("GTEL")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GTEL - Grupo Técnico de Eletromecânica S/A ("GTEL")** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à GTEL de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior: As demonstrações financeiras incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 04 de abril de 2023. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança corporativa pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de à GTEL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GTEL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GTEL. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais, deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

Robson Santa Izabel

Contador – CRC SP-247.538/O-0

ECOVIS WFA Auditores Independentes S/S

CRC 2SP-043.111/O-9



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/gtel-grupo-tecnico-de-eletromecanica-s-a-demonstracoes-financeiras-em-31-de-dezembro-de-2023-e-2022-valores-expressos-em-reais/



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/FC5E-6DD8-05BE-8800> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FC5E-6DD8-05BE-8800



Hash do Documento

878A683945564B9F13D83B60A577F5E150AC4CBBD9017EB83DDF1959B7D9A05C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2024 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 008.007.358-11 em 26/04/2024 20:21

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS

LTDA - 05.687.343/0001-90

